

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº 1.530 - DF (2019/0284316-5)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
REQUERENTE : RAIMUNDA NONATA SOUZA LIMA
ADVOGADOS : JOSEMI NOGUEIRA ARAÚJO - PA012651
NELSON BOGAZ NETO - PA018300
CRISTIANE SITA DOS SANTOS - PA020355
IOLE SANTIS PEREIRA - PA025137
LUCILA TAIS SOUTO DE C. RIBEIRO
REQUERIDO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Trazem os autos Pedido de Uniformização de Jurisprudência apresentado por **RAIMUNDA NONTATA SOUZA LIMA** contra acórdão da Turma Nacional de Uniformização, que não conheceu do incidente, nos termos da seguinte ementa (fl. 111):

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. PENSÃO VITALÍCIA DE SERTINGUEIRO. CARÊNCIA OU MISERABILIDADE. NÃO COMPROVAÇÃO. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. NÃO REALIZAÇÃO. PROVA PERICIAL PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE. INDEFERIMENTO. REANÁLISE PROBATÓRIA. SÚMULA 42/TNU. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA 43/TNU. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA COM O PARADIGMA APRESENTADO. — QUESTÃO DE ORDEM 22/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

Afirma o requerente, em síntese, que "O presente incidente busca provocar a manifestação deste Tribunal Superior acerca da orientação da Turma Nacional de Uniformização, em questão de direito material, que inadmitiu Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da Turma Recursal do Pará. sob a alegação de que o pedido de uniformização em comento, não atendeu aos requisitos de admissibilidade referentes a: similitude fático-jurídica entre os acórdãos afrontados, discussão de matéria de direito e a impossibilidade de reanálise de fatos e provas" (fl. 156).

Aduz que "A Turma Recursal do Pará. além de desconsiderar as provas da

Superior Tribunal de Justiça

carência econômica colacionadas aos autos, em sede de embargos de declaração desqualificou a necessidade de produção de prova testemunhai, suscitando que ela não é necessária, nem possui torça probante quando ausente início de prova material nos autos, contrariando o entendimento do STJ. o qual firmou tese de que a comprovação da hipossuficiência econômica inerente aos benefícios de caráter assistencial poderá ser feita por qualquer meio de prova. E isto inclui a prova, ainda que exclusivamente, testemunhai e/ou pericial" (fl. 160).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001 que o incidente de uniformização dirigido ao STJ somente é cabível contra decisão da Turma Nacional de Uniformização que, apreciando questão de direito material, contrarie súmula ou jurisprudência dominante no STJ.

Nesse sentido, confirmam-se os julgados:

AGRAVO REGIMENTAL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DECISÃO DE MÉRITO. INEXISTÊNCIA. ART. 14, § 4º, DA LEI Nº 10.259/2001. PEDIDO NÃO CONHECIDO.

1. Para que este Superior Tribunal de Justiça examine incidente de uniformização, mister que a Turma Nacional tenha contrariado súmula ou jurisprudência dominante acerca de questão de direito material, o que não ocorreu na espécie.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na Pet 7.518/PR, 3ª Seção, Min. Maria Thereza de Assis /Moura, DJe de 6/9/2011)

AGRAVO REGIMENTAL NA PETIÇÃO. JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. DIREITO MATERIAL NÃO APRECIADO NA ORIGEM. INADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE.

1. A teor do disposto no art. 14, § 4º, da Lei n.º 10.259/2001, "quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência".

2. Em relação ao tema, asseverou esta Terceira Seção, ao

Superior Tribunal de Justiça

julgar o Agravo Regimental na Petição n.º 6.297/RJ, do qual Relatora a em. Ministra Laurita Vaz (DJ 04.08.08), que a remessa do incidente de uniformização de jurisprudência a este Superior Tribunal de Justiça somente será possível quando a decisão da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais tratar de questões relacionadas com o direito material e contrariar súmula ou jurisprudência dominante desta Corte.

3. No caso dos autos, todavia, a mencionada Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência inadmitiu o incidente a ela dirigido por motivos exclusivamente processuais, razão por que não foi apreciada qualquer questão de direito material, tornando-se, nessa extensão, incabível o incidente.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg na Pet 7.549/PR, 3ª Seção, Min. Og Fernandes, DJe de 8/4/2010)

No presente caso, o pedido de uniformização foi apresentado contra acórdão exarado pela Turma Nacional de Uniformização, que não conheceu do incidente.

Assim, considerando que o pedido de uniformização de jurisprudência somente é cabível de decisão oriunda do colegiado da Turma Nacional que, adentrando na questão de direito material, contrarie súmula ou jurisprudência dominante do STJ, não se conhece do pedido dirigido contra acórdão que esbarra em matéria processual.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI - PUIL. ART. 14, § 4º, DA LEI N. 10.259/2001. INTERPOSIÇÃO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. DESCABIMENTO.

1. A teor do disposto no art. 14, § 4º, da Lei n. 10.259/2001, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal, dirigido a esta Corte, quando a orientação acolhida pela Turma Nacional, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

2. Caso em que o incidente de uniformização foi formulado em desafio à decisão da Presidência da Turma Nacional de Uniformização.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no PUIL 72/PR, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 23/08/2017, DJe 09/10/2017)

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE

Superior Tribunal de Justiça

JURISPRUDÊNCIA. ART.14, § 4º, DA LEI 10.259/2001

1. O pedido de uniformização de jurisprudência dirigido ao Superior Tribunal de Justiça somente é cabível de decisão oriunda da Turma Nacional contrária à súmula ou jurisprudência dominante desta Corte Superior (arts. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001, e 36 da Resolução n. 22, de 4 de setembro de 2008).

2. Na hipótese dos autos, observa-se que, da decisão monocrática referendada pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais, que conheceu e proveu o recurso inominado de iniciativa da FNS- Fundação Nacional de Saúde, a requerente apresentou incidente de uniformização nacional, que foi inadmitido por decisão monocrática exarada pelo Presidente da 1ª Turma Recursal. Todavia, não consta dos autos eventual requerimento para que aquele incidente fosse submetido ao Presidente da Turma Nacional de Uniformização, e tampouco decisão proferida pela Turma Nacional. Logo, incabível o presente pedido de uniformização de jurisprudência.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg na Pet 8.864/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 14/2/2012).

AGRAVO REGIMENTAL EM INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. INCIDENTE MANIFESTADO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA DE RELATOR INTEGRANTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - TNU. IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO.

É requisito para a admissão e processamento do incidente de uniformização de jurisprudência perante o e. Superior Tribunal de Justiça, sob pena de supressão de instância, que a matéria objeto da divergência tenha sido submetida à apreciação do colegiado da e. Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência - TNU.

Interpretação dos arts. 14, § 4º, da Lei nº 10.259/2001 e 36 da Resolução CJF nº 22/2008.

Agravo regimental desprovido.

(AgRg na Pet 7551/PR, Rel. Ministro Felix Fischer, DJe 18/12/2009)

ANTE O EXPOSTO, não conheço do pedido de uniformização de jurisprudência, com fundamento no art. 34, XVIII, do RISTJ.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator

